

Boletim trimestral de notícias, estudos e análises externas com foco na evolução do contexto da Amazônia. O mapeamento é conduzido pela Catavento para o Fundo Vale e empresas do ecossistema Cubo. Elaboração e curadoria da [Catavento](#). Distribuído por [Fundo Vale](#). Informações mapeadas entre 21 de junho e 30 de setembro.

URGÊNCIA CLIMÁTICA

INCÊNDIOS IMPACTAM A AMAZÔNIA, APESAR DA REDUÇÃO DO DESMATAMENTO

O quê? A Amazônia Legal registrou o [maior número de focos de incêndios dos últimos 19 anos \(63 mil até agosto\)](#), os quais se somam à [seca que atinge](#) a região. As fumaças atingiram mais de [80% do território nacional](#), impactando a economia e trazendo riscos à saúde. Nesse sentido, [o STF liberou, em regime de urgência, o uso de créditos extraordinários para o combate](#) às queimadas até o final do ano, que também [recebeu R\\$ 514 mi](#) do Executivo. Este contexto desafiador ocorre [mesmo diante da redução do desmatamento](#) de 10% entre os meses de agosto de 2023 e 2024.

Por que importa para o setor privado? [Um ano antes da COP30](#), o Brasil enfrenta desafios na gestão das florestas, trazendo [riscos reputacionais](#) e regulatórios para empresas que atuam na região.

URGÊNCIA CLIMÁTICA

MUDANÇAS CLIMÁTICAS TORNAM A AMAZÔNIA MAIS VULNERÁVEL

O quê? A perda histórica de áreas naturais no [Brasil atingiu 33% do território em 2023](#), com os biomas Amazônia e Cerrado sendo os mais impactados. O território amazônico preserva [81% de sua vegetação nativa](#), estando próximo ao ponto de não retorno (entre 75% e 80%). A perda desta vegetação torna a floresta menos úmida, ficando mais vulnerável a incêndios naturais. Tal fenômeno é reforçado por estudo que aponta que as mudanças climáticas [tornaram a Amazônia Ocidental 20 vezes mais suscetível a incêndios florestais](#) entre 2023 e 2024.

Por que importa para o setor privado? As mudanças climáticas e o desmatamento implicam em impactos sistêmicos, gerando custos para empresas e sociedade.

ENTREVISTA

ÍNDICE DE PROGRESSO SOCIAL (IPS) APONTA PARA REALIDADES DISTINTAS NO BRASIL

O Imazon [lançou seu primeiro relatório do Índice de Progresso Social \(IPS\) Brasil](#) para os 5.570 municípios do país. Beto Veríssimo, co-fundador da instituição, explora as principais mensagens do estudo na entrevista abaixo.

1. De que forma o IPS se diferencia de demais indicadores socioambientais?

O IPS se diferencia ao focar exclusivamente no bem-estar social e ambiental, sem a influência de indicadores econômicos. A metodologia possui critérios rigorosos para a seleção dos indicadores, sendo estes públicos e anuais. Com isso, o índice se mantém relevante ao capturar mudanças recentes nas dinâmicas locais. Ele avalia se as pessoas têm o necessário para prosperar, através da apresentação de dados em três dimensões: Necessidades Humanas Básicas, Fundamentos do Bem-estar, e Oportunidades. Cada uma é composta por quatro componentes como nutrição, segurança pessoal, acesso à educação e direitos individuais, oferecendo uma análise completa da qualidade de vida de um território. Essa abordagem permite identificar lacunas no desenvolvimento que podem não ser detectadas por indicadores econômicos tradicionais.



A partir do relatório, é possível dividir os municípios em nove blocos com realidades distintas. Quais as principais diferenças regionais identificadas?

Os municípios foram divididos em nove blocos (Tiers), com diferenças significativas de desenvolvimento. O Tier 1, composto por 308 municípios, concentra 29% da população e 41% do PIB nacional, abrigando a maioria das capitais e alguns municípios menores com alta performance socioambiental, como Gavião Peixoto (SP). Já o Tier 9, com apenas 93 municípios, ocupa 16% do território, mas responde por apenas 0,4% do PIB e 1% da população. As regiões de menor progresso, como no Tier 8 e Tier 9, estão concentradas em áreas com baixa densidade populacional e pouca infraestrutura, o que reflete desigualdades acentuadas entre o Norte e demais regiões.

3. Observa-se maior concentração de municípios críticos na Amazônia Legal. Quais as componentes que apresentam pior desempenho e os fatores que podem explicar esta realidade?

Na Amazônia Legal, os municípios apresentam desempenho crítico em componentes como Acesso ao Conhecimento Básico, Saúde e Bem-estar, e Segurança Pessoal. Essa realidade pode ser explicada pela falta de infraestrutura, isolamento geográfico e dificuldades no acesso a serviços essenciais, como educação e saúde. Além disso, a presença de atividades econômicas informais e a baixa governança em algumas áreas contribuem para o desempenho insatisfatório. A análise dos indicadores revela a necessidade de políticas públicas mais eficazes e direcionadas.

4. De que forma o IPS pode auxiliar as empresas em sua atuação socioambiental, notadamente na região Amazônica?

O IPS oferece uma visão detalhada das condições socioambientais dos municípios, permitindo que as empresas identifiquem áreas críticas e atuem de forma mais estratégica. Na Amazônia, o índice pode guiar iniciativas, ajudando empresas a investir em projetos que realmente atendam às necessidades locais. Além disso, o IPS pode ser utilizado para monitorar o impacto de suas ações ao longo do tempo, garantindo que suas atividades estejam alinhadas com os princípios de sustentabilidade e responsabilidade social.

MECANISMOS PARA FINANCIAR FLORESTAS AVANÇAM

O quê? O Fundo Floresta Tropical para Sempre (FFTS), anunciado pelo Brasil na COP28, recebeu apoio dos ministros de Meio Ambiente e Clima do G20. O fundo tem como objetivo remunerar a preservação e restauração de florestas tropicais com pagamentos anuais por hectare (US\$ 4/ha). O Governo estima que o país pode receber até US\$ 1,3 bi/ano, se zerar o desmatamento. Complementar ao FFTS, foi proposto o Mecanismo para Florestas Tropicais (MFT), que pagaria US\$ 30/ha para países que reduzirem o desmatamento. Esse mecanismo contaria com recursos de setores intensivos em carbono, como O&G e mineração.

Por que importa para o setor privado? Novos mecanismos podem atrair recursos, de países e empresas, para atividades de preservação e restauração na Amazônia.

A REGIÃO NORTE ENFRENTA DESAFIOS EM CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO (CT&I)

O quê? O Índice Brasil de Inovação e Desenvolvimento (IBID) apresenta, a partir de 74 indicadores, uma visão sobre o atual panorama de inovação no país. A Região Norte possui o pior desempenho, com quatro estados nas cinco últimas posições. Os pilares de economia criativa, conhecimento e tecnologia e negócios foram os mais mal avaliados. Neste contexto, outro estudo mapeou projetos de lei (PLs) em tramitação que podem alavancar recursos para inovação na Região. Apesar de representar 60% do território brasileiro, a Amazônia recebe apenas 3% dos investimentos totais em C&T.

Por que importa para o setor privado? O fortalecimento da ciência e inovação é fundamental para criar um ambiente de negócios mais atrativo para a bioeconomia.

BIOECONOMIA GANHA DESTAQUE NA AGENDA MULTILATERAL

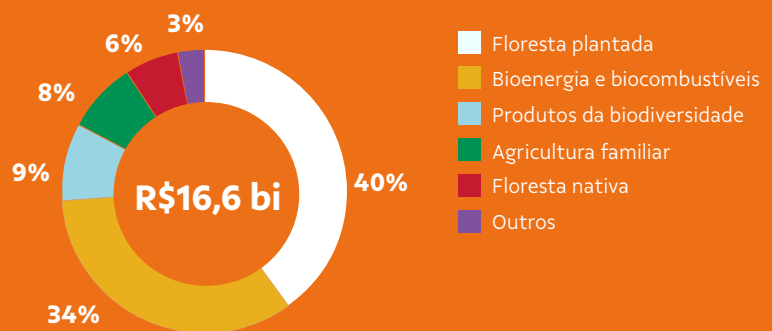
O quê? O G20 aprovou declaração com dez princípios voluntários para o desenvolvimento da bioeconomia. Eles reforçam a necessidade de erradicar a fome e a pobreza, incluir povos indígenas e comunidades locais e conservar a biodiversidade. A atenção conferida ao tema pode impulsionar maior alocação de recursos. Segundo o CPI, o financiamento para bioeconomia no Brasil teve uma média de R\$ 16 bi/ano (2021 e 2023), notadamente para floresta (40%) e bioenergia (34%).

Por que importa para o setor privado?

A inclusão da bioeconomia nas discussões multilaterais contribui para a maturidade do tema, facilitando a identificação de prioridades e necessidades de financiamento.

Fluxo de financiamento para bioeconomia no Brasil (2021-2023)

% por setor da bioeconomia



Fluxo de financiamento para bioeconomia no Brasil (2021-2023)

% por tipo de fonte de recurso



PARÁ AVANÇA EM PROJETO JURISDICIONAL DE CRÉDITOS DE CARBONO

O quê? O Pará se tornou o *primeiro estado brasileiro a garantir financiamento da Coalizão Leaf*, iniciativa global que conta com apoio de empresas e países. O acordo prevê investimentos de US\$ 180 mi, a partir de 2025, em preservação florestal e desenvolvimento regional. Em contrapartida, serão vendidos 12 mi de créditos (US\$ 15/tCO₂) referentes à redução do desmatamento no estado entre 2023 e 2026. Entretanto, algumas *lideranças indígenas criticaram o acordo* alegando ausência de processo de consulta prévia e informada.

Por que importa para o setor privado? Iniciativas de REDD+ jurisdicional tendem a fortalecer os atributos climáticos dos créditos de conservação, desde que critérios de integridade e permanência sejam observados.

MUDANÇAS CLIMÁTICAS NORTEIAM ESTRATÉGIAS E PLANOS DO GOVERNO

O quê? Os Três Poderes da República assinaram o *Pacto de Transformação Ecológica* com *ações previstas em três eixos*: ordenamento territorial e fundiário, transição energética e desenvolvimento com justiça social, ambiental e climática. Entre as medidas, espera-se a ampliação de financiamento para projetos sustentáveis. Adicionalmente, o Plano Clima, que visa nortear a *política climática brasileira até 2035*, finalizou a *1ª etapa* de consulta pública, contando com mais de *1,2 mil propostas*. Na 2ª etapa, serão submetidos planos setoriais.

Por que importa para o setor privado? A definição da estratégia nacional para o clima pode impulsionar recursos e fortalecer atores do ecossistema de negócios sustentáveis.

SETOR FINANCEIRO IMPULSIONA INVESTIMENTOS NA AMAZÔNIA

O quê? O *Banco Mundial emitiu um título de dívida no valor de US\$ 225 mi*, com vencimento para 2033, vinculado ao reflorestamento da Amazônia brasileira. Considerado o maior “bond de impacto” da instituição, o título oferece aos investidores um retorno (componente variável) atrelado à criação de *unidades de remoção de carbono*. Paralelamente, o *Itaú BBA aderiu à iniciativa global Inovação Financeira para Amazônia, Cerrado e Chavo (IFACC)* que visa ampliar crédito e investimentos voltados ao manejo sustentável de gado e de soja e de sistemas agroflorestais. A iniciativa tem a meta de desembolsar US\$ 1 bi até 2025 e US\$ 10 bi até 2030.

Por que importa para o setor privado? Novos mecanismos e fontes de recursos devem ser monitorados por atores que visam atuar em atividades sustentáveis na Amazônia.

AMAZÔNIA ESTÁ NO CENTRO DAS DISCUSSÕES CLIMÁTICAS

O quê? Diante das *críticas crescentes ao país sede da COP29*, a NY Climate Week ganhou destaque em 2024. Com a participação de governos, setor privado e sociedade civil, o evento foi percebido como uma prévia não oficial da Conferência da ONU. Temas como *financiamento climático, subsídios da indústria fóssil* e *desenvolvimento sustentável na Amazônia* foram debatidos em mais de 900 painéis. Em paralelo, a *São Paulo Climate Week* discutiu as perspectivas para a bioeconomia e a valorização das populações locais em *dia focado na Amazônia*.

Por que importa para o setor privado? Diversos *stakeholders*, incluindo do setor privado, estão colocando a Amazônia no centro dos debates, impulsionando soluções inovadoras para os desafios da região.